



Câmara Municipal

**Reunião pública do Executivo Municipal, a realizar no dia 20 de abril de 2026, pelas 14h30**

**ORDEM DO DIA**

- **NATUREZA PÚBLICA DA REUNIÃO – RATIFICAÇÃO**
- **BALANCETE**
- **PRESIDÊNCIA:**
  - **PROPOSTAS:**  
**PROPOSTAS DO PRESIDENTE**
  - **INFORMAÇÕES:**  
**INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE**
- **DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E ECONÓMICO**
  - **DIVISÃO DE ASSOCIATIVISMO, DESPORTO E JUVENTUDE**
  - **DIVISÃO DE CULTURA**
  - **DIVISÃO DE EDUCAÇÃO**
- **DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, INFRAESTRUTURAS E AMBIENTE**
  - **DIVISÃO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE**  
**- UNIDADE DE BEM-ESTAR ANIMAL E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA**
  - **DIVISÃO DE EDIFÍCIOS E INFRAESTRUTURAS MUNICIPAIS**
  - **DIVISÃO DE GESTÃO DE ATIVOS E OPERAÇÕES**
- **DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PARTILHADOS**
  - **UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO GERAL**
- **DEPARTAMENTO DE URBANISMO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**
  - **DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA**
  - **DIVISÃO DE PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**

**Tomar, 15 de abril de 2026**

O Presidente da Câmara Municipal

Tiago Carrão



Câmara Municipal

## Ordem do Dia

**Data:** 2026-04-20

**Início:** 14h30

**Local:** Cidade de Tomar, no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho

---

### **N.º 01 – NATUREZA PÚBLICA DA REUNIÃO – RATIFICAÇÃO** (18/PGEN/DAJA/2026 - 3/DESORG/DAJA/2025)

**Proposta de Deliberação do Presidente** submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que, nos termos do n.º 2 do artigo 2.º do Regimento da Câmara Municipal e ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, torna pública a presente reunião, publicitado pelo Edital n.º 108/2026, de 10 de abril.

**Proposta de Deliberação:** ratificar o referido despacho.

---

### **PRESIDÊNCIA:**

### **PROPOSTAS:**

### **PROPOSTAS DO PRESIDENTE:**

### **N.º 02 – DOAÇÃO DE EQUIPAMENTO AO MUNICÍPIO DE TOMAR** (10/PPRC/PR/2026)

**Proposta de Deliberação do Presidente** submetendo a ratificação do Executivo Municipal a aceitação de dois sopradores HUSQVARNA 360BT (Série n.º 20224800906 e n.º 20224800899) e duas motosserras HUSQVARNA 545XP Mark (Série n.º 20253716773 e n.º 20253716771), doados ao Município de Tomar pela empresa AC Domingues - Motos, Moto-Serras, Máquinas de Jardim, limitada, no contexto da tempestade Kristin.

**Proposta de Deliberação:** ratificar a aceitação da doação, nos termos do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 33.º, conjugado com o n.º 3 do artigo 35.º, ambos do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

### **N.º 03 – ELABORAÇÃO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO LOGÍSTICO E ATRIBUIÇÃO DE BENS DE VALOR SIMBÓLICO – início do procedimento** (9/PPRC/PR/2026)

**Proposta de Deliberação do Presidente** submetendo a aprovação do Executivo Municipal o início do procedimento de elaboração do regulamento municipal de apoio logístico e atribuição de bens de valor simbólico, nos termos apresentados.

**Proposta de Deliberação:** dar início ao procedimento de elaboração do regulamento municipal de apoio logístico e atribuição de bens de valor simbólico, nos termos da proposta, ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.



Câmara Municipal



## **INFORMAÇÕES:**

### **INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE:**

#### **N.º 04 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 7 DE NOVEMBRO DE 2025 (24/PGEN/PR/2026 - 11/ORGFUN/PR/2013)**

**Proposta do Presidente** referente aos despachos efetuados no uso das competências delegadas pela Câmara Municipal, por deliberação de 7 de novembro de 2025.

**Proposta:** tomar conhecimento.

---

## **DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E ECONÓMICO**

### **DIVISÃO DE ASSOCIATIVISMO, DESPORTO E JUVENTUDE:**

#### **N.º 05 – APOIO AO ASSOCIATIVISMO 2026 – fase 3 (5/PPRC/DADJ/2026)**

**Proposta de Deliberação do Presidente** referente à informação n.º 821/DTC/2026, submetendo a aprovação do Executivo Municipal os montantes máximos a atribuir por programa às diferentes entidades ao abrigo das normas do programa de apoio ao associativismo, na terceira fase, no valor global de 18.250,00€ (dezoito mil, duzentos e cinquenta euros), nos termos e fundamentos da informação n.º 571/DADJ/2026.

**Proposta de Deliberação:** aprovar a proposta constante da referida informação e dos quadros referentes aos programas 0, 1 e 2.

#### **N.º 06 – APOIO FINANCEIRO AO FESTIVAL BONS SONS 2026 – Sport Club Operário Cem Soldos (1844/ENTE/DAJA/2026 - 1/APOIOS/DADJ/2023)**

**Proposta de Deliberação do Presidente** submetendo a aprovação do Executivo Municipal a atribuição de apoio financeiro ao Sport Club Operário de Cem Soldos, no montante de 100.000,00€ (cem mil euros), para realização do Bons Sons 2026, em Cem Soldos, no período de 6 a 9 de agosto, pelos fundamentos apresentados na informação n.º 580/DADJ/2026.

**Proposta de Deliberação:** atribuir o referido apoio, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **N.º 07 – UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS – Ténis Club de Tomar (1101/ENTE/DAJA/2026)**

**Proposta de Deliberação do Presidente** submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção do pagamento do preço de utilização dos campos de ténis do Complexo Desportivo Municipal, no ano de 2026, para realização dos torneios previstos no Plano de Atividades do Ténis Club de Tomar, nos termos e fundamentos da informação n.º 505/DADJ/2026.

**Proposta de Deliberação:** considerando a relevância dos eventos, isentar do pagamento do preço de utilização das instalações municipais, para os torneios indicados, ao abrigo do n.º 4 do artigo 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais.



Câmara Municipal

**N.º 08 – UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS – União Associativa de Estudantes do Instituto Politécnico de Tomar (1937/ENTE/DAJA/2026)**

**Proposta de Deliberação do Presidente** submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção do pagamento do preço de utilização do Pavilhão Municipal Patrícia Sampaio, no dia 15 de abril, para realização de um torneio de basquetebol, e do Pavilhão Santa Iria, no dia 23 de maio, para a realização de um evento 24 horas de LAN Party dedicada ao Counter-Strike 2, promovidos pela União Associativa de Estudantes do Instituto Politécnico de Tomar, nos termos e fundamentos da informação n.º 506/DADJ/2026.

**Proposta de Deliberação:** considerando a relevância dos eventos, isentar do pagamento do preço de utilização das instalações municipais, ao abrigo do n.º 4 do artigo 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais.

**DIVISÃO DE CULTURA:**

**N.º 09 – FESTA TEMPLÁRIA 2026 (8/EVAT/DTC/2026 - 6/ATIVEV/DTC/2026)**

**Proposta de Deliberação do Presidente** submetendo a aprovação do Executivo Municipal aspetos inerentes à realização da Festa Templária, no período de 9 a 12 de julho, enquadrada no regulamento das mostras de recriação histórica do concelho de Tomar, nos termos e fundamentos da informação n.º 685/DTC/2026.

**Proposta de Deliberação:** aprovar as normas de participação, os prazos de candidatura, os locais, os horários, as taxas a aplicar e demais aspetos, nos termos do regulamento das mostras de recriação histórica do concelho de Tomar.

**N.º 10 – APOIO AO EVENTO WELLNESS WEEKEND 2026 (1186/ENTE/DAJA/2026 - 14/ENTEXT/PR/2013)**

**Proposta de Deliberação do Presidente** submetendo a aprovação do Executivo Municipal a atribuição de apoio financeiro à Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte (ADIRN), no valor de 25.000,00€ (vinte cinco mil euros), para fazer face aos custos associados à organização e gestão do evento Wellness Weekend, nos dias 15, 16 e 17 de maio, nos termos e fundamentos da informação n.º 735/DTC/2026.

**Proposta de Deliberação:** aprovar o referido apoio financeiro, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**DIVISÃO DE EDUCAÇÃO:**

**N.º 11 – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TOMAR NO MANDATO 2025-2029 (3/PPRC/DEISA/2026 - 7/PROJPAR/DEAS/2013)**

**Proposta de Deliberação da Vereadora Célia Bonet** submetendo a aprovação do Executivo Municipal a proposta de constituição do Conselho Municipal de Educação de Tomar no mandato 2025-2029, nos termos e fundamentos da informação n.º 736/DEISA/2026

**Proposta de Deliberação:** propor à Assembleia Municipal a nomeação do Conselho Municipal de Educação no mandato 2025-2029, nos termos e para efeitos do artigo 58.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua redação atual.



Câmara Municipal



---

**DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS, INFRAESTRUTURAS E AMBIENTE**

**DIVISÃO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE:**

**- UNIDADE DE BEM-ESTAR ANIMAL E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA:**

**N.º 12 – CENTRO DE RECOLHA OFICIAL – dados estatísticos referentes ao ano de 2026 (3/PPRC/GMV/2026)**

**Proposta do Vereador Samuel Fontes** submetendo a apreciação do Executivo Municipal os dados estatísticos do Centro de Recolha Oficial relativos ao mês de março, elaborados pela Unidade de Bem-Estar Animal e Fiscalização Sanitária.

**Proposta:** tomar conhecimento.

**DIVISÃO DE EDIFÍCIOS E INFRAESTRUTURAS MUNICIPAIS:**

**N.º 13 – CEDÊNCIA DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA – Tribunal Judicial da Comarca de Santarém (2077/ENTE/DAJA/2026 - 17/EDIPUB/DOM/2013)**

**Proposta de Deliberação do Presidente** submetendo a ratificação do Executivo Municipal, na sequência do pedido formulado pelo senhor Administrador Judiciário da Comarca de Santarém e das informações n.º 3379/DOM/2026 e n.º 3410/DOM/2026, a cedência de mão de obra especializada para reparação de fugas de água e manutenção em instalações sanitárias do Palácio da Justiça, em Tomar, com o custo associado de 147,00€ (cento e quarenta e sete euros).

**Proposta de Deliberação:** ratificar o apoio prestado, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**DIVISÃO DE GESTÃO DE ATIVOS E OPERAÇÕES:**

**N.º 14 – CEDÊNCIA DE VIATURA – Maria Isabel Rosa Duarte Piçarra e outros (112/AGEN/DAJA/2026 - 1/VIATEQ/DOM/2013)**

**Proposta de Deliberação do Presidente** submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que autorizou a cedência de carrinha, no dia 8 de abril, para deslocação de grupo de cidadãos ao programa Preço Certo, nos termos e fundamentos da informação n.º 3306/DOM/2026.

**Proposta de Deliberação:** ratificar o despacho n.º 665/DAJA/2026, de 6 de abril, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.



Câmara Municipal



**N.º 15 – CEDÊNCIA DE GASÓLEO AOS LARES DO CONCELHO NO ÂMBITO DA TEMPESTADE KRISTIN (89/PGEN/DOM/2026)**

**Proposta de Deliberação do Presidente** referente à informação n.º 3710/DOM/2026, submetendo a ratificação do Executivo Municipal a cedência de gasóleo aos lares do concelho de Tomar, no período de 28 de janeiro a 15 de fevereiro, para abastecimento de geradores, assegurando a continuidade de serviços essenciais e a salvaguarda das condições de vida dos respetivos utentes, num total de 2.399,07 litros, correspondendo a um custo total de 3.286,62€ (três mil, duzentos e oitenta e seis euros e sessenta e dois cêntimos).

**Proposta de Deliberação:** ratificar a cedência de gasóleo, aos lares a seguir designados, no montante indicado, nos termos do disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º, conjugado com o n.º 3 do artigo 35.º, ambos do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

Lar do Fetal - 280,40 litros - 386,87€

Lar da Junceira - 712,99 litros - 973,27€

Lar da Linhaceira - 76,00 litros - 103,62€

Lar de Olalhas - 604,98 litros - 829,34€

Lar de Paço da Comenda - 259,70 litros - 354,93€

Lar da Pedreira - 384,80 litros - 528,72€

Lar da Serra - 42,00 litros - 57,79€

Lar de Vale Vinteiro - 38,20 litros - 52,08€.

**N.º 16 – UTILIZAÇÃO DE LUGARES DE ESTACIONAMENTO TARIFADO – isenção de tarifas (2118/ENTE/DAJA/2026)**

**Proposta de Deliberação do Vereador Samuel Fontes** submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção das tarifas devidas pelo estacionamento das viaturas participantes no Passeio do Clube BMW E21 nos lugares tarifados do parque sito na Ermida da Senhora da Conceição, no dia 1 de maio, no valor total de 96,00€ (noventa e seis euros), nos termos e fundamentos da informação n.º 3462/DOM/2026.

**Proposta de Deliberação:** isentar as tarifas, ao abrigo do artigo 10.º do regulamento de estacionamento tarifado de duração limitada no Terreiro Dom Gualdim Pais e na Ermida da Senhora da Conceição.



**Câmara Municipal**



---

**DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PARTILHADOS:**

**N.º 17 – PROCESSO DISCIPLINAR N.º 1/HRS/2025 – reconhecimento de causa de suspensão do procedimento disciplinar e de suspensão da respetiva prescrição (191/PGEN/DOM/2025 - 613/COLAB/DRH/2013)**

**Proposta de Deliberação do Presidente** submetendo a aprovação do Executivo Municipal a proposta constante do relatório final do instrutor do processo disciplinar n.º 1/HRS/2025, instaurado, pelo despacho n.º 2511/DOM/2025, de 26 de agosto, ao trabalhador Vitor Manuel Martins de Sousa, Assistente Operacional, na área de cantoneiro de vias.

**Proposta de Deliberação:** homologar o relatório final do instrutor do processo disciplinar n.º 1/HRS/2025 e, nos exatos termos da proposta formulada em VIII.2, reconhecer causa de suspensão do procedimento disciplinar e de suspensão da respetiva prescrição.

**UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO GERAL:**

**N.º 18 – LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE OCASIONAL – Portal Rumo - Sociedade de Mediação Imobiliária, SA (4/PUBO/DAJA/2026 - 1/PUBLI/DAJA/2026)**

**Proposta de Deliberação do Presidente** submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que autorizou a distribuição de publicidade alusiva à Portal Rumo - Sociedade de Mediação Imobiliária, nos dias 11 de abril e 1 de maio, nos termos e fundamentos da informação n.º 1439/DAJA/2026.

**Proposta de Deliberação:** ratificar o despacho n.º 677/DAJA/2026, de 10 de abril, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**N.º 19 – LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO – isenção de taxas (17/RUID/DAJA/2026 - 1/RUIDO/DAJA/2026)**

**Proposta de Deliberação do Presidente** submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção das taxas devidas pela emissão de licença especial de ruído para realização do evento Graduações Kempo no Pavilhão Municipal Patrícia Sampaio, no dia 11 de abril, requerida pela Associação Thomar Honoris, nos termos e fundamentos da informação n.º 1471/DAJA/2026.

**Proposta de Deliberação:** considerando a relevância do evento, isentar as taxas, no valor de 15,05€ (quinze euros e cinco cêntimos), ao abrigo do n.º 11 do artigo 10.º do regulamento municipal de taxas administrativas e urbanísticas de Tomar.



Câmara Municipal

✱

---

**DEPARTAMENTO DE URBANISMO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL:**

**DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA:**

**N.º 20 – CERTIFICAÇÃO DE DESTAQUE – António Manuel Ferreira da Graça  
(867/JUEL/DGT/2025 - 490/EDIF/DGT/2025)**

**Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso** submetendo ao Executivo Municipal o indeferimento do pedido de certificação de destaque de parcela de terreno com 1.766,00 m<sup>2</sup>, a destacar do prédio rústico sito em rua da Bela Vista, Choromela, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, descrito na CRP de Tomar sob o n.º 5936/20240506, requerida por António Manuel Ferreira da Graça, nos termos e fundamentos das informações n.º 5506/DGT/2026 e n.º 6680/DGT/2026.

**Proposta de Deliberação:** não autorizar a certificação de destaque, ao abrigo do n.º 9 do artigo 6.º do regime jurídico da urbanização e edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, por não se mostrarem cumpridos os requisitos cumulativos previstos no n.º 5 do referido artigo, mandando promover a audiência prévia do requerente, pelo prazo de 15 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia, se considera o indeferimento definitivo.

**N.º 21 – CERTIFICAÇÃO DE DESTAQUE – João Fernando Franco de Jesus e Maria  
Alexandra Pinhão Sirgado (203/JUEL/DGT/2026 - 44/EDIF/DGT/2026)**

**Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso** submetendo ao Executivo Municipal o indeferimento do pedido de certificação de destaque de parcela de terreno com 3.006,00 m<sup>2</sup>, a destacar do prédio misto sito em Bairrada, Freguesia de São Pedro de Tomar, descrito na CRP de Tomar sob o n.º 1301/19910508, requerida por João Fernando Franco de Jesus e Maria Alexandra Pinhão Sirgado, nos termos e fundamentos das informações n.º 6309/DGT/2026 e n.º 6679/DGT/2026.

**Proposta de Deliberação:** não autorizar a certificação de destaque, ao abrigo do n.º 9 do artigo 6.º do regime jurídico da urbanização e edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, por não se mostrarem cumpridos os requisitos cumulativos previstos no n.º 5 do referido artigo, mandando promover a audiência prévia dos requerentes, pelo prazo de 15 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia, se considera o indeferimento definitivo.



Câmara Municipal

**N.º 22 – CERTIFICAÇÃO PARA CONSTITUIÇÃO DE PROPRIEDADE HORIZONTAL - Hotel República, limitada (762/JUEL/DGT/2024 - 45/EDIF/DGT/2024)**

**Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso** submetendo ao Executivo Municipal o indeferimento do pedido de certificação para constituição de propriedade horizontal da fração A do prédio sito na Praça da República, n.º 37 e 38, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, requerida por Hotel República, limitada, nos termos e fundamentos do parecer n.º 11/DGT/2026.

**Proposta de Deliberação:** não autorizar a certificação requerida por falta de verificação dos requisitos legais, conforme disposto no artigo 1416.º do Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47344/66, de 25 de novembro, na sua atual redação, conjugado com o n.º 3 do artigo 66.º do regime jurídico da urbanização e edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, mandando promover a audiência prévia do requerente, pelo prazo de 15 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia, se considera o indeferimento definitivo.

**N.º 23 – CERTIFICAÇÃO PARA CONSTITUIÇÃO DE PROPRIEDADE HORIZONTAL - Fourlho Imo Serviços, limitada (208/JUEL/DGT/2026 - 151/EDIF/DGT/2021)**

**Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso** submetendo ao Executivo Municipal o deferimento do pedido de certificação para constituição de propriedade horizontal no prédio sito na avenida Cândido Madureira, n.º 25 – 29, e Rua dos Arcos, n.º 2, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, nos termos e fundamentos das informações n.º 5498/DGT/2026, n.º 6371/DGT/2026 e n.º 6384/DGT/2026.

**Proposta de Deliberação:** autorizar a certificação de que o edifício satisfaz os requisitos legais para a sua constituição em regime de propriedade horizontal, ao abrigo do n.º 3 do artigo 66.º do regime jurídico da urbanização e edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

**N.º 24 – CERTIFICAÇÃO PARA CONSTITUIÇÃO DE PROPRIEDADE HORIZONTAL - Luis Miguel de Jesus Ferreira e José Manuel de Oliveira (405/ECER/DGT/2025 - 495/EDIF/DGT/2025)**

**Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso** submetendo ao Executivo Municipal o deferimento do pedido de certificação para constituição de propriedade horizontal no prédio sito na Avenida Torres Pinheiro, n.º 90 a 94, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, requerida por Luis Miguel de Jesus Ferreira e José Manuel de Oliveira, nos termos e fundamentos das informações n.º 5450/DGT/2026 e n.º 6593/DGT/2026.

**Proposta de Deliberação:** autorizar a certificação de que o edifício satisfaz os requisitos legais para a sua constituição em regime de propriedade horizontal, ao abrigo do n.º 3 do artigo 66.º do regime jurídico da urbanização e edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.



Câmara Municipal



**N.º 25 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – António Carvalho (53/RJUE/DGT/2025 - 61/EDIF/DGT/2025)**

**Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso** referente ao processo n.º 61/EDIF/DGT/2025, em que é requerente António Carvalho, submetendo a aprovação do Executivo Municipal o pedido de licenciamento para legalização das alterações realizadas na obra de construção da habitação unifamiliar, sita na rua Alfredo da Maia Pereira, em Marmelais de Baixo, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, nos termos e fundamentos da informação n.º 6618/DGT/2026.

**Proposta de Deliberação:** deferir o pedido de licenciamento para legalização das alterações realizadas na obra de construção da habitação unifamiliar, com os seguintes condicionamentos: Salvaguardam-se direitos de terceiros;

Será declarada a caducidade do licenciamento, caso não seja requerida a emissão da licença e liquidadas as taxas devidas dentro do respetivo prazo legal de 1 ano (artigo 71.º do RJUE), não prorrogável;

Após emissão da licença legalização, em momento posterior deverá ser apresentada a comunicação de autorização de utilização.

**N.º 26 – COMUNICAÇÃO PRÉVIA DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO DE EDIFÍCIO DESTINADO A SERVIÇOS – Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. (7/CPRV/DGT/2026 - 61/EDIF/DGT/2026)**

**Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso** referente ao processo 61/EDIF/DGT/2026, em que é requerente o Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P., submetendo a aprovação do Executivo Municipal a emissão de parecer prévio não vinculativo favorável às obras de conservação do edifício sito na Rua de Santa Iria, n.º 38 – 40, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, nos termos e fundamentos das informações n.º 5234/DGT/2026 e n.º 6804/DGT/2026.

**Proposta de Deliberação:** emitir parecer prévio não vinculativo favorável às obras de conservação do edifício, com os condicionamentos constantes da informação n.º 5234/DGT/2026, ao abrigo do n.º 2 do artigo 7.º do regime jurídico da urbanização e edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.



Câmara Municipal



**N.º 27 – PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA - VRN - Construções, Unipessoal limitada (542/JUEL/DGT/2025 - 17/EDIF/DGT/2025)**

**Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso** referente ao processo 17/EDIF/DGT/2025, em que é requerente VRN - Construções, Unipessoal limitada, relativo a pedido de informação prévia quanto à viabilidade de construção de três edifícios destinados a habitação, num conjunto de parcelas de terreno sitas em Marmelais de Cima, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, contemplando a reconfiguração da estrutura viária atual, bem como a reconfiguração fundiária da zona, incluindo a aquisição, permuta e cedência de terrenos ao Município de Tomar, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a proposta constante das informações n.º 1268/DGT/2026, n.º 5381/DGT/2026 e n.º 6712/DGT/2026, nos respetivos termos e fundamentos.

**Proposta de Deliberação:** emitir decisão desfavorável à pretensão, de acordo com o estabelecido no artigo 16.º do regime jurídico da urbanização e edificação, pelos fundamentos apresentados no ponto 2.2 da informação n.º 1268/DGT/2026, mandando promover a audiência prévia do requerente, pelo prazo de 10 dias úteis;

Face ao disposto no n.º 4 do referido artigo 16.º e tendo em conta o referido no ponto 2 da informação n.º 5381/DGT/2026, os objetivos aí formulados e o Estudo Prévio do Estudo Urbanístico elaborado pelos serviços municipais, datado de fevereiro de 2026, constituído pelas peças desenhadas EP-01, EP-02 e EP-03, notificar o requerente da intenção de aceitar, mediante a devida análise, definição de termos contratuais e concretização dos procedimentos legais necessários, uma possível permuta de terrenos, que permita viabilizar uma solução de conjunto (terrenos privados e municipais), enquadrada no mencionado estudo prévio, que respeite as disposições regulamentares aplicáveis, nomeadamente o disposto no artigo 32.º do regulamento do Plano Diretor Municipal de Tomar.

**N.º 28 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade (387/PEDI/DGT/2025 - 427/EDIF/DGT/2025)**

**Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso** referente ao processo n.º 427/EDIF/DGT/2025, onde prossegue o Processo n.º 463/2012, em que é requerente Elisete Maria Marques Victorino Camilo, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a declaração da caducidade do licenciamento para regularização da construção de muro de vedação na Rua D. Pedro, n.º 7, em Charneca da Peralva, Freguesia de Paialvo, nos termos e fundamentos das informações n.º 15890/DGT/2025 e n.º 16637/DGT/2025.

**Proposta de Deliberação:** declarar a caducidade do licenciamento, nos termos do n.º 2 do artigo 71.º do regime jurídico da urbanização e edificação, mandando promover a audiência prévia da requerente, pelo prazo de 15 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia, se considera definitivamente declarada a caducidade para todos os efeitos previstos na legislação em vigor.



**Câmara Municipal**

**N.º 29 - LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES - Declaração de Caducidade**  
(394/PEDI/DGT/2025 - 439/EDIF/DGT/2025)

**Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso** referente ao processo n.º 439/EDIF/DGT/2025, onde prossegue o Processo n.º 719/2013, em que é requerente Imocrespo - Investimentos Imobiliários, limitada, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a declaração da caducidade do licenciamento para regularização de construção de anexo e muro de suporte de terras, em Vale da Lage, Freguesia de Serra, nos termos e fundamentos das informações n.º 15369/DGT/2025 e n.º 17337/DGT/2025.

**Proposta de Deliberação:** declarar a caducidade do licenciamento, nos termos do n.º 2 do artigo 71.º do regime jurídico da urbanização e edificação, mandando promover a audiência prévia do requerente, pelo prazo de 15 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia, se considera definitivamente declarada a caducidade para todos os efeitos previstos na legislação em vigor.

**N.º 30 - LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES - Declaração de Caducidade**  
(392/PEDI/DGT/2025 - 435/EDIF/DGT/2025)

**Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso** referente ao processo n.º 435/EDIF/DGT/2025, onde prossegue o Processo n.º 1524/2013, em que é requerente Carlos Manuel Dionísio António, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a declaração da caducidade do licenciamento para regularização da alteração de muro de vedação confinante com via pública, na rua de Santa Isabel, em Linhaceira, Freguesia de Asseiceira, nos termos e fundamentos das informações n.º 15785/DGT/2025 e n.º 16634/DGT/2025.

**Proposta de Deliberação:** declarar a caducidade do licenciamento, nos termos do n.º 2 do artigo 71.º do regime jurídico da urbanização e edificação, mandando promover a audiência prévia do requerente, pelo prazo de 15 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia, se considera definitivamente declarada a caducidade para todos os efeitos previstos na legislação em vigor.

**N.º 31 - LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES - Declaração de Caducidade**  
(436/JUEL/DGT/2020 - 222/EDIF/DGT/2017)

**Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso** referente ao processo n.º 222/EDIF/DGT/2017, em que é requerente J.J.M. Esperança, limitada, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a declaração da caducidade do licenciamento da obra de ampliação de um pavilhão industrial no Lote 1 ALT da Zona Industrial, União das Freguesias de Madalena e Beselga, nos termos e fundamentos das informações n.º 17085/DGT/2025 e n.º 17120/DGT/2025.

**Proposta de Deliberação:** declarar a caducidade do licenciamento, nos termos do n.º 2 do artigo 71.º do regime jurídico da urbanização e edificação, mandando promover a audiência prévia do requerente, pelo prazo de 15 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia, se considera definitivamente declarada a caducidade para todos os efeitos previstos na legislação em vigor.



Câmara Municipal



**N.º 32 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade**  
(214/EALV/DGT/2018 - 7/EDIF/DGT/2018)

**Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso** referente ao processo n.º 7/EDIF/DGT/2018, em que é requerente Hugo Alexandre Godinho Pereira Nunes, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a declaração da caducidade do licenciamento para construção de muro de suporte de terras, em Casal das Sortes, Freguesia de Carregueiros, nos termos e fundamentos das informações n.º 17792/DGT/2025 e n.º 17994/DGT/2025.

**Proposta de Deliberação:** declarar a caducidade do licenciamento, nos termos do n.º 6 do artigo 20.º do regime jurídico da urbanização e edificação, mandando promover a audiência prévia do requerente, pelo prazo de 15 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia, se considera definitivamente declarada a caducidade para todos os efeitos previstos na legislação em vigor.

**DIVISÃO DE PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO:**

**N.º 33 – ENQUADRAMENTO DE ESPAÇOS DE ATIVIDADES ECONÓMICAS EM REGIME SIMPLIFICADO – VALE DOS OVOS E ASSEICEIRA** (10/ESPP/DGT/2026 - 4/INSTGT/DGT/2018)

**Proposta de Deliberação da Vereadora Sandra Cardoso** submetendo a aprovação do Executivo Municipal a proposta constante das informações n.º 7098/DGT/2026 e n.º 7111/DGT/2026, relativas ao enquadramento dos espaços de atividades económicas de Vale dos Ovos e Asseiceira no regime simplificado estabelecido pelo artigo 72.º-A do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, pelos fundamentos apresentados.

**Proposta de Deliberação:** Notificar a equipa adjudicatária Quaternaire, informando do início dos trabalhos relativos à 3.ª fase prevista em caderno de encargos para concretização do espaço de atividades económicas em Vale dos Ovos através do regime simplificado estabelecido pelo artigo 72.º-A do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (RJIGT), numa área não incorporada em REN com aproximadamente 20 ha, cuja delimitação, sujeita a ajustes decorrentes do desenvolvimento dos trabalhos, se assinala na planta de localização designada Anexo I;

2.-Iniciar um procedimento de alteração simplificada para reclassificação do solo na Asseiceira, ao abrigo do estabelecido pelo referido artigo, numa área de aproximadamente 26 ha, cuja delimitação, sujeita a ajustes decorrentes do desenvolvimento dos trabalhos, se assinala na planta de localização designada Anexo II;

3.- Promover um procedimento de aquisição de serviços para a elaboração da alteração definida em 2.